

Hora de realismo

Nestes dias em que a Constituinte define a Ordem Econômica, estará decidindo se o Brasil sai da rota da estagnação e das crises conseqüentes para seguir o processo realista, hoje fácil de ser identificado nos maiores países capitalistas e socialistas. É que se atingiu a barreira na qual o fator ideológico se supera pela insubstituível articulação do capital e do trabalho, indissolúveis, a fim de que prosperem pelo uso inteligente dos recursos que a Natureza oferece às nações.

Portanto, considere-se obsoleta e até ridícula a rotulagem de nacionalistas ou entreguistas, como se sob os mesmos compromissos e sentimentos pátrios se justificassem o monopólio cívico de uns e o anátema de traição de outros. É à custa dessa teoria que a prática nos vai impondo seu preço, multando um povo pobre num País rico e pondo-nos sob perigo de extermínio da classe média.

A dívida externa já basta para refletirmos sobre o absurdo

apelo ao empréstimo em vez do ingresso de capital comprometido em investimentos desenvolvimentistas. Com este vêm a tecnologia, o aproveitamento das matérias-primas, o emprego, o reforço tributário, a estrutura física, etc. Apenas se temem a ingerência política — que incide no abuso do poder econômico — e o excesso da evasão de lucros. Pois ambos os riscos se subordinam ao controle e à ética do Governo. Se este se torna impotente e inapto ao cumprimento do dever, não será a simples obstrução que livrará o País do pior. O contrabando e a corrupção se juntam e entram em cena. É o que exemplifica a ópera nem tanto bufa ora no palco nacional.

Da polémica em torno do conceito de empresa brasileira se salta à cautela da política mineralógica. Há um vínculo bem claro de uma à outra. Mas isso não impede que se discuta o problema e se resolva por um dispositivo racional e versátil à lei ordinária, de modo a poupar a Constituição de reciclagem a

cada estágio novo em cada setor.

Aconselha a prudência ter-se em mente que o Brasil multiplica sua presença empresarial fora e não lhe conviria sancionar, aqui, dispositivos que lá serviriam para devolver à origem nossas empresas. A Petrobrás, o Banco do Brasil e firmas privadas têm algo a ver com o que aqui se promove.

O capítulo da Ordem Econômica exige, de fato, meticulosa análise e máxima isenção para que, de direito, resulte num conjunto normativo eficaz e ajustável à mecânica de uma Nação em fase de arranjos e revisões internas destinadas a ampliar-lhe as pistas mundiais.

A imensa riqueza do subsolo não merece é continuar determinando a pobreza da garimpagem subumana e que, sob métodos rudes, devastam a riqueza dos rios que estão sendo mortos por mercúrio e ignorância.

E chega de abalroamentos pela esquerda e pela direita. A meta é a frente.